

A forma narrativa da autoridade no jornalismo

Entenda porque a revista Veja oferece um dos piores jornalisimos do mundo

por Alfredo Manevy

Vou realizar uma breve análise da reportagem de *Veja* sobre o MST (período 3-10 maio de 2000). Meu tema não será o MST, ou os assuntos políticos relacionados ao movimento, mas a reportagem em si, a forma, os dispositivos e procedimentos empregados pelos jornalistas em sua função, para além dos recursos mais imediatos de condução da opinião do leitor, como a escolha diferenciada de adjetivos, ou o uso da fala avalizada de especialistas.

Pode-se fazer bom jornalismo buscando um equilíbrio dos lados ou assumindo claramente uma posição do conflito, desde que o leitor possa ver os “andaimes” utilizados na construção do texto, para posicionar-se em base democrática diante das informações. De qualquer forma, o jornalista aprendeu em sua escola que deve separar opinião de informação. Para opinar livremente, os jornalistas historicamente criaram um espaço chamado Editorial.

Quando o texto esconde seu trabalho de construção, a informação vira deformação, aproximando-se, como estratégia, da sedução oculta da publicidade.

Comentários explícitos

Embora sua função seja a de transmitir fatos e notificar pontos de vista, o jornalismo pode desqualificar a fala de um

grupo social ou de um entrevistado, enquanto aparentemente lhe oferece voz e narra os fatos de forma imparcial. (todos os trechos citados são da reportagem de *Veja* mencionada acima)

“Em Salvador, numa demonstração de que limites existem para serem desrespeitados, os manifestantes ocuparam o prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e mantiveram como reféns durante algum tempo o diretor do órgão e oito funcionários.”

Contrabandeada na factualidade do exemplo acima, há um comentário de juízo do autor entre o adjunto adverbial (Salvador) e o sujeito do fato ocorrido (o MST). O comentário esboça um trocadilho de nítida ironia. O jornalista não quer de fato dizer que acredita que “limites existem para serem desrespeitados”, mas 1) desqualificar, antes e em nome do leitor, a ação do MST, 2) dar fluência ao texto e 3) sinalizar a inteligência de quem escreve o texto.

Organização da entrevista

A certa altura da reportagem, o jornalista introduz uma família que se emancipou economicamente, exemplo que a revista marca como exceção malvista pelo MST.

“Seus filhos estão sendo encaminhados para estudar na cidade. Um

rapaz quer ser jogador de futebol e vai submeter-se a alguns testes. Uma garota vai fazer fotos e quer virar modelo. A família pensa em se cotizar para financiar o estudo dos que estiverem dispostos a enfrentar a universidade. Como eles conseguem ganhar dinheiro com as terras, começaram a comprar os lotes de vizinhos que se deram mal. Transformaram-se em “latifundiários” dentro dos assentamentos, um exemplo que o MST abomina e combate. “O que podemos fazer? A família cresceu, os custos com a educação estão aumentando e precisamos aumentar também a terra para plantar”, diz o líder do grupo de irmãos, Reinaldo Lavratti. “Não podemos penalizar nossos filhos pelo insucesso dos outros. Prefiro morrer a ver um filho em um acampamento de sem-terra.”

No caso acima o leitor não tem acesso às perguntas do jornalista. Aqui, quando há uma ação do repórter envolvida, muda o regime narrativo. Já não mais temos a cena presentificante, que revelaria o trabalho do profissional. Ao invés disso, a apresentação do depoimento é construída com base na autoridade pressuposta de quem narra. Não sabemos nada do contexto em que se deu a relação entrevistador-entrevistado. O depoimento é um “dado”, “colhido” pelo narrador. Não sabemos se o jornalista “provocou” o entrevistado, ou fez perguntas abertas, se houve algum tipo de coação, sedução ou pagamento pelo depoimento. No entanto, algumas estruturas de construção são mais visíveis, pois deixam marcas no texto.

O jornalista entrevista um chefe de família mas o tema ainda é o MST, o que tornaria a informação sobre os filhos (os que almejam a vida de modelo e de jogador de futebol) dispensáveis à primeira vista. Se o objetivo do parágrafo é informar o leitor que o MST combate a assentados que reproduzem

a lógica do latifúndio, por que o jornalista menciona o sonho dos filhos? Os filhos são “a causa” da expansão do terreno e, logo, dignos de menção. Já seus sonhos constam na reportagem como forma de criar uma identificação entre o leitor e o entrevistado. Parte da explicação reside no fato de que almejar vida de futebol e passarela tem aparecido cada vez mais, em muitas pesquisas de marketing, como sonhos de muitos brasileiros, o que do ponto de vista de uma revista comercial, é um tema de interesse para leitores de diversas classes sociais. Mas dificilmente o jornalista tenha pensado nos lucros da empresa. Sua intenção é tornar a matéria excitante ao leitor. E a vida em família – assinalada pelo jornalista – contribui para que o leitor perceba esses assentados (a exceção) como pessoas comuns, consumíveis, e logo os sem-terra comuns como uma exceção. “Gente comum” é bem-vinda à empatia fácil: filhos que sonham com: carreiras de modelo fotográfica e jogador de futebol. Ao fazê-lo, a reportagem promove identificação e simpatia entre leitor e entrevistado, sublinhando a opinião negativa sobre o MST e, de forma sutil, transforma valores da sociedade de consumo em “senso comum” (como a vida das modelos, que recentemente gerou uma capa de Veja).

Montagem paralela

Embora muitos acreditem que o jornalismo está preso à informação, ao chamado “furo”, o profissional de imprensa dispõe de uma série de recursos para organizar as informações que recebe. Ao contrário do que imagina o senso comum sobre o meio, o jornalista não necessita inventar uma informação para deformar os

fatos. Outra forma de fazê-lo é organizá-los de modo a conduzir o sentido da matéria conforme seu interesse. A ética jornalística prevê que a organização é uma condição, mas orienta que seja feita de forma equilibrada e explícita. Tudo porque as formas de organizar interferem no modo como o leitor recebe os fatos.

“Na semana passada, os militantes do MST fizeram saques em Pernambuco, invadiram delegacia de polícia na Bahia e ocuparam agências bancárias no Paraná, no mesmo momento em que o governo começava a distribuir cestas básicas nos 1.236 municípios afetados pela seca no Nordeste, mandava o Exército para a região e anunciava que irá gerar 1 milhão de empregos em frentes de trabalho.”

O exemplo acima é revelador. A reportagem contrapõe a ação do MST, agora sem tecer explicitamente um comentário, com a ação do governo. Numa leitura rápida, as informações são simétricas: três ações do MST, três ações do governo. Mas, numa leitura atenciosa, uma delas revela-se não exatamente uma ação: o governo apenas anuncia que irá gerar 1 milhão de empregos. No entanto, o efeito formal do parágrafo é tão bem sucedido que o leitor pode – na rapidez de sua leitura – confundir o número prometido com um número realizado, visto que todas as outras ações mencionadas são realizações. E ainda pode relacionar a seca do nordeste com o MST, dois problemas historicamente bem distintos. Este recurso estilístico do jornalista é mais sutil que o comentário explícito, mas seu efeito ilusionista é ainda maior.

Mitificação

O mito é uma fala que deforma a realidade, uma construção que simplifica a política e a história. Muito presente no imaginário infantil, o mito torna-se um problema discutível quando usado por uma fala destinado a um público adulto, pois evoca imagens de senso comum, sentimentos primários, e impulsos irracionais, mais ou menos como funciona a publicidade.

No caso específico de Veja, já há algum tempo a publicidade tornou-se parte orgânica da estratégia da revista. No entanto,



a fala publicitária ultrapassa os limites dos outdoors e atinge matérias como esta sobre o MST:

“Stedile é um homem de determinação incomum. Ele colocou na cabeça um tipo de batalha pessoal, a luta em defesa dos humildes. Dia após dia, chuva ou faça sol, lá está ele andando de ônibus pelo Brasil afora, conversando com políticos em Brasília ou mantendo contatos com ONGs no exterior. Sobretudo, pensando numa forma de ação que possa ajudar o movimento e apavorar Brasília.”

O primeiro traço mitológico (bem comum a filmes infanto-juvenis como "Guerra nas Estrelas") é a personalização de forças políticas. No esforço de tentar "simplificar para o leitor", o jornalista identifica uma pessoa a uma força política. Através desse recurso, o jornalista sugere que características pessoais (e logo intransferíveis a questões públicas) pautam o movimento. Stédile é 1) homem de determinação incomum (a mesma que impele – segundo a reportagem - o MST a persistir sem razão nas invasões; 2) colocou na cabeça um tipo de batalha pessoal, a luta em defesa dos humildes

**o, sem-terra
sem razão.**

veja
Indispensável

(a opção política de Stédile é construída como fruto de uma idéia "pessoal" e não como uma decisão a partir da análise da situação social brasileira).

"Enquanto viveu na Cidade do México, andando de sandália de couro e calça cáqui, lia textos de faróis do comunismo como Lenin, Karl Marx, Mao Tsé-tung."

O jornalista prossegue, descreve o vestuário de Stédile, agora investindo em imagens que evocam o clichê culturalmente

difundido do hippie. Esta imagem é reforçada na idéia de que Stédile "anda". O imaginário é claramente cristão, mas a chave é irônica. O jornalista sugere um personagem influenciado por "faróis" da leitura de esquerda (o termo farol é revelador, pois oferece, no nível da imagem, que a formação de Stédile é importada, e logo não autêntica). A escolha de palavras e metáforas remetem a uma subliteratura jornalística já superada em revistas como The Economist, Times e Carta Capital.

O perfil de Stédile deixa de simular neutralidade. A reportagem dá voz a duas figuras que, de formas distintas, vêm explicitar a desqualificação na chave da "autenticidade".

"Ele fazia jogo duplo. De dia, fingia estar do lado do governo. À noite, incitava à mobilização", diz o prefeito. "Era um artista", lembra o padre. Político de bons recursos retóricos, Stédile sabe empregar as frases certas nos ambientes certos."

Herdeira do melodrama, esta sensibilidade cultural presente tanto nas novelas quanto em parte do jornalismo brasileiro oferece ao leitor o prazer de julgar personagens e temas de forma transparente e irreal. O leitor acha que julga – mas quem julga de fato é o jornalista.

Tons da reportagem

Uma forma que o jornalismo encontra para tornar sua leitura mais agradável e fluente, é a referência a "modos de escrever e ouvir" familiares ao leitor. Nesse sentido, é comum as reportagens adotarem um tom

informal de uma conversa pessoal, de um relatório conclusivo de uma investigação ou a aparência de uma pesquisa profissional. Tais modos tornam o jornalismo uma ferramenta ágil e de fácil acesso a multidões. No entanto, dificilmente o jornalista consegue realizar profissionalmente funções sofisticadas como uma investigação, se a empresa em que trabalha lhe cobra rapidez e concisão. Em função de suas condições de trabalho, o jornalista acaba se resignando a compensar no mundo das palavras e da gramática a sofisticação da matéria. Mesmo não realizando uma investigação, ele pode "passar a sensação" de que estamos lendo uma.

"Leia-se o que (Stédile) disse no encerramento de uma palestra durante um seminário sobre socialismo promovido pelo Instituto Sedes Sapientiae, em junho de 1991: 1) "A reforma agrária interessa a toda a classe trabalhadora e deixou de ser apenas uma questão econômica para resolver o problema dos sem-terra que estão passando fome. Ela passou a adquirir um caráter revolucionário".

Em outro trecho:

"É preciso registrar que a Igreja Católica foi leal até o fim. Permaneceu ao lado dos manifestantes, dando apoio em tempo integral."

A reportagem assume a forma de relatório de espionagem próximo aos que foram popularizados pela literatura policial de bolso. Antes de ser contratado por esposas traídas no cinema de Hollywood, os detetives reais eram a polícia privada contratada pelos donos de empresas para vigiar sindicatos e partidos comunistas americanos do começo do século.

A matéria vangloria-se de obter informações sigilosas: “o governo até já colocou as mãos em documentos internos do MST em que se fala na disposição de criar “zonas autônomas” — coisa que a guerrilha de esquerda, nos seus tempos mais férteis, chamava de “áreas liberadas”.”

Em seguida, a matéria avisa que “no governo, essa retórica é acompanhada com lupa.” Ao transformar-se num relatório de campo, indo ao *front* por seu leitor, a reportagem sobrepõe a imagem do leitor pela do “contratador” dos serviços detetivescos oferecidos pela revista.

Leitor ideal

Qualquer texto socialmente difundido pressupõe um leitor, seja esse texto jornalístico, cinematográfico, teatral, literário, etc.... Um leitor ideal, que, implícito no jeito em que é escrito o texto, não deve ser confundido com os leitores reais. Fruto de uma construção de texto, esse leitor é aquele que o texto espera que nos tornemos. Um leitor que, enfim, seja uma total construção de quem escreve, a parte oculta da construção jornalística.

No caso da reportagem sobre o MST, o leitor ideal é alguém que acredita no jornalismo da revista mas que, por outro lado, se sensibilizou com os massacres de sem-terra e quer ver a questão agrária resolvida (daí o cuidado de dizer que a reforma agrária é importante, mas infelizmente anacrônica). Alguém que reconhecerá, por outro lado, que as leis de mercado são importantes e devem ser respeitadas. Alguém que, apesar de tudo, irá salientar que a lei é fundamental e está acima de questão. Alguém que não irá gostar de perceber que sua opinião está

sendo manipulada e que precisa acreditar que está diante de uma tradução da verdade. Alguém que gosta de se informar mas que gosta de se divertir enquanto lê. Alguém para quem a leitura deve se submeter a seu tempo curto e precioso. Alguém que reconhecerá que as ações do movimento passaram dos limites previstos por lei. Alguém que reconhecerá que a negociação chegou ao fim. Alguém que compreenderá que não há maior perigo nos protestos, mas que ainda assim o MST merece uma palavra final, um basta diante dos excessos. Alguém que, um tanto a contragosto, entenderá que a única solução possível para a baderna é o massacre.

Pode existir vida à direita de FHC?

Por fim, vale a pena analisar como, sob a aparência de uma crítica ao governo, a matéria acaba por fornecer as justificativas para a resolução do conflito pela violência.

Seja ou não verdade que, como se falou, a matéria foi uma encomenda oficial, o fato é que ela se comportou “muito além do dever”. Começa-se por uma crítica ao governo: “em relação ao MST, o governo se comporta como uma enguia — ora vai para um lado, ora para outro.”, afirma a reportagem no fim, em claro tom de crítica. A reportagem decide então dar voz a um general: “Sinto tristeza que o MST tenha deixado de ser um movimento social pela reforma agrária para se tornar um movimento político e ideológico”, diz o general Alberto Cardoso, chefe da Casa Militar do Palácio do Planalto. “Se eles ameaçarem a democracia, o Estado vai reagir.”

A reportagem desloca sua atenção

do MST (definido previamente como inofensivo) para a negociação com o governo, esta sim entendida como problemática. Veja oferece voz a personalidades do governo insatisfeitas com a “mão branda” na negociação, e depois ressalta que o governo “nem sempre cumpre a promessa” de retaliar as invasões.

Mais que contrapor MST e governo “de forma maniqueísta”, forma de avaliar o mundo que Veja detecta no MST, a revista vai de fato além: propõe, na forma de sua reportagem, uma solução que transcende polarizações “entre bem e mal” e oferece — em nome da sua imparcialidade — a repressão como solução final. A reforma agrária, como ressalta Veja, é anacrônica, e a reportagem não aponta (ou exclui vozes que apontam) outra solução. O problema, não mais pertencente ao mundo do possível e da razão jornalística, sugere um impasse que o leitor ideal resolve pela revista. Desta forma, embora a revista não proclame em nenhum momento a necessidade de maior violência, a estratégia de desqualificações sugere um leitor que assim possa concluir.

A coerência formal do jornalismo de Veja se realiza ao evocar a “baderna” e a “arruaça”, termos não menos anacrônicos, que remetem culturalmente ao vocabulário de origem integralista empregado pelas autoridades brasileiras no período da ditadura.

Reivindicando-se como arma da democracia (bandeira que a revista insiste em marcar como sua), a proposta política de Veja (travestida de jornalismo) faz com talento sua intervenção no país. Prepara o terreno para ações violentas do governo, difundindo um jornalismo anti-democrático em seus aspectos formais mais profundos.